

(\*) LEI N.º 3 981

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O Vale-transporte instituído pela Lei Federal n.º 7 418, de 16 de dezembro de 1985, fica estendido aos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, na forma e condições estipuladas nesta Lei.

**Parágrafo único** - Os Poderes Legislativo e Judiciário, por ato próprio, poderão estender o benefício previsto nesta Lei aos seus servidores.

**Art. 2º** - O benefício do vale-transporte compreende:

a) – o pagamento integral pela Administração das despesas com transporte do servidor que percebe, mensalmente, até 1,5 (uma e meia) vezes o valor correspondente ao menor padrão de vencimento do Quadro Permanente do Serviço Civil do Poder Executivo Estadual.

b) – excetuado o disposto na alínea anterior, o pagamento pela Administração das despesas com transporte que excedam a 6% (seis por cento) do vencimento ou salário básico, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens percebidas pelo servidor.

**Art. 3º** - Entende-se como despesas com transporte a soma mensal dos gastos efetuados para custeio dos deslocamentos do servidor, por um ou mais modos, de transporte coletivo, entre a sua residência e o seu local de trabalho e vice-versa, computados somente os dias úteis.

**Art. 4º** - Para fins de cálculo do valor do vale-transporte será adotada a tarifa integral do deslocamento, isenta de descontos, mesmo que previsto na legislação local.

**Art. 5º** - Para fazer jus ao vale-transporte, o servidor deverá informar, por escrito, à Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos – SEAR:

a) – Nome, cargo e matrícula;

b) – Endereço residencial;

c) – Percurso e modalidade de locomoção mais adequada ao deslocamento entre residência e o local de trabalho.

**§ 1º** - As informações deverão ser atualizadas sempre que ocorrer qualquer alteração nas indicações previstas no “caput” deste artigo.

**§ 2º** - No ato em que prestar as informações, o servidor firmará compromisso de utilização do vale-transporte exclusivamente para seu efetivo deslocamento de residência-trabalho e, vice-versa.

**§ 3º** - As informações inexatas que induzem a Administração Pública em erro ou o uso indevido do vale-transporte constituirão falta grave, acarretando ao infrator a perda do benefício, além das penalidades previstas na legislação específica.

**§ 4º** - O servidor poderá requerer em qualquer época, junto a SEAR a suspensão do benefício.

**Art. 6º** - É vedada a cumulação do benefício com outras vantagens relativas ao transporte do servidor.

**Art. 7º** - O benefício do vale-transporte será suspenso nas hipóteses de férias, licenças, interrupção ou suspensão do contrato de trabalho, suspensão disciplinar, ou outros afastamentos que importem na interrupção provisória do exercício.

**Art. 8º** - A distribuição do vale-transporte será efetuada na forma e nas datas definidas pelo Poder Executivo Estadual.

**Art. 9º** - A concessão do vale-transporte será anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, no caso de servidores regidos pela CLT, e nos assentamentos funcionais, quando se tratar de funcionário estatutário.

**Art. 10** - O Vale-transporte não tem natureza salarial e nem se incorporará à remuneração do servidor para quaisquer efeitos, bem como não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de FGTS e não configura rendimento tributável.

**Art. 11** - Fica vedada a substituição do benefício do vale-transporte por antecipação em dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento.

**Art. 12** - Aplicam-se subsidiariamente a esta Lei as normas contidas na Lei Federal n.º 7 418, de 16 de dezembro de 1985, e no Decreto n.º 98.1/80, de 19 de dezembro de 1985, que a regulamentou.

**Art. 13** - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

**Art. 14** - As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, que serão suplementadas, se necessário.

**Art. 15** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 16** - Revogam-se as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, 27 de novembro de 1987.

**MAX FREITAS MAURO**  
Governador do Estado

SANDRO CHAMON DO CARMO  
Secretário de Estado da Justiça

JOSÉ EUGÊNIO VIEIRA  
Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

**(D.O. 30-11-87)**

**(\*) Esta Lei foi Republicada no D.O. 22-01-88.**